

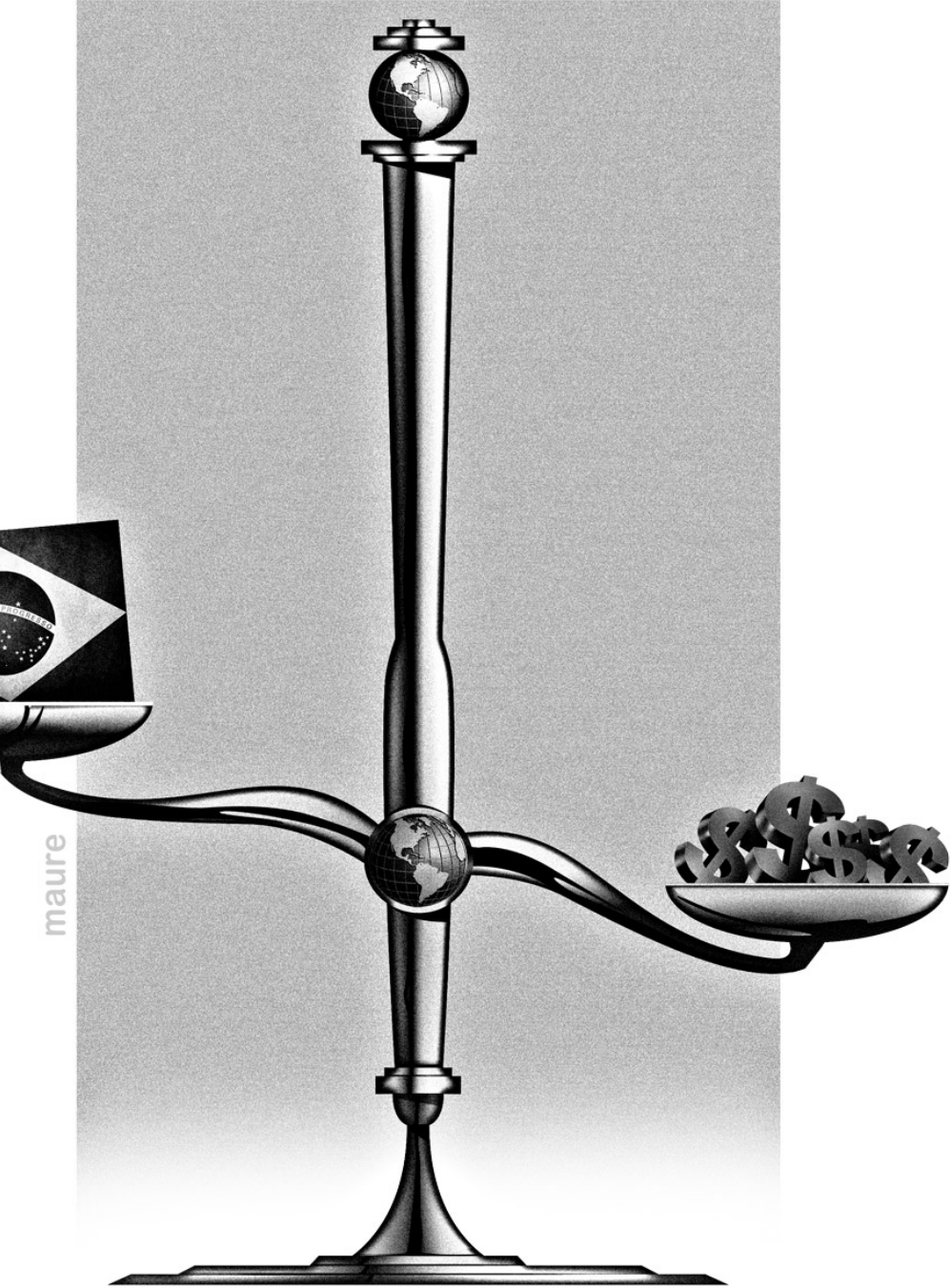
Uma verdade fiscal inconveniente

» NELSON ROCHA
Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Há um tema crítico no debate econômico do país que repousa relativamente submerso na arena política, mas impõem-se com urgência à discussão nacional: a necessidade de se excluir do teto de gastos as chamadas despesas de capital, aquelas reservas usadas para investimentos. A limitação do uso desses recursos públicos vem se mostrando um grave equívoco em nosso arcabouço econômico, afetando claramente possibilidades de desenvolvimento, geração de emprego e o consequente aumento da arrecadação tributária, haja vista o papel do Estado como indutor desse desenvolvimento. Em síntese, precisamos revisitar o conceito de teto de gastos e lembrar, sem exagero, que nem o mais fiscalista dos fiscalistas ignora, em sua consciência, o quanto essa visão pode estar travando a prosperidade da nação.

O momento é oportuno à discussão franca e pública. O Projeto de Lei Complementar 123, hoje em tramitação no Senado, trata do teto de gastos. Infelizmente, porém, o texto original mantém os investimentos restritos, insistindo na míope visão atual. Precisamos mudar essa abordagem, independentemente de questões partidárias ou políticas. Existe um consenso entre economistas e secretários de Fazenda que é preciso promover desenvolvimento na veia, sem, é claro, abdicar-se da responsabilidade com as finanças públicas. O meio acadêmico e o próprio mercado também conversam cada vez mais sobre a aparente contradição entre responsabilidade fiscal e espaço orçamentário para investir. A grande tarefa que resta então é sensibilizar o Tesouro Nacional, que aplica nos entes subnacionais a mesma cartilha de asfixia criada pelo FMI e imputada mecanicamente à complexidade de nossa economia nas décadas de 80/90. Nada mais equivocado, comprovam os resultados.

A insistência em limitar a capacidade dos investimentos como política de gestão fiscal contribui diretamente com a estagnação de setores econômicos, que poderiam ter seu crescimento potencializado por meio de políticas públicas indutoras de geração de riqueza. Tergiversar nesse ponto é acovardar-se na arena pública. O caminho para o equilíbrio fiscal somente pela redução da despesa não pode ser visto como um dogma, quase um fundamento religioso. O Rio de Janeiro, inclusive, já adotou essa receita ao cortar os seus gastos em 11,3%, retornando ao patamar de 13 anos atrás, a maior redução orçamentária



entre os estados no período. Esse esforço, no entanto, mostrou-se insuficiente para resolver a crise financeira fiscal.

O equilíbrio das contas públicas se dará sempre pela saudável correlação de forças entre manter as despesas correntes ajustadas e receitas capazes de suprir as necessidades desses gastos e especialmente dos de capital que proporcionarão crescimento da atividade econômica e a o consequente incremento de arrecadação. Em suma, a saída é o Poder Público ter liberdade e responsabilidade para investir e atuar como indutor do desenvolvimento. As despesas de capital, portanto, precisam sair dessa camisa de força. No estado do Rio, vivenciamos uma incomum situação após corretas políticas do Poder Executivo com o apoio do Legislativo durante o processo de adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Enquanto temos, em nível estadual, um teto que não considera as despesas de capital e deixa um

espaço aberto para os investimentos, a legislação federal, à qual todos estamos submetidos, limita esse tipo de gasto. Essa contradição que enfrentamos agora será encontrada pelos outros estados que aderirem ao RRF se nada mudar.

Ao ancorarmos nosso plano ao RRF no conceito de desenvolvimento como única saída sustentável em longo prazo, assumimos o inevitável papel de iniciar uma nova etapa nas discussões das finanças públicas no país para que outros entes endividados percorram o mesmo caminho. A ótica em buscar o equacionamento da dívida fluminense de R\$ 172 bilhões pela abordagem do equilíbrio de contas com ênfase na receita, a partir da diretriz de investimentos como geradora de desenvolvimento, em oposição ao foco restrito da redução de despesas do Tesouro Nacional, deverá entrar para os anais econômicos como uma daquelas verdades inconvenientes necessárias ao bom debate.

Brasil precisa aprimorar a condução política da bioenergia

» PEDRO LUPION
Deputado federal pelo DEM-PR, presidente da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio)

Na Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP26), realizada este mês, os governos assumiram compromissos voltados a mitigar as alterações do clima. O governo brasileiro se comprometeu a atingir 50% da matriz energética limpa até 2030. É importante transformar o discurso em realidade, gerar indicadores e compartilhá-los. Mas é crucial que esse esforço envolva todos os brasileiros. De nada adianta relegar essa tarefa apenas ao Poder Executivo.

O governo brasileiro precisa continuar a direcionar sua condução política, ainda mais para efetivar os compromissos ambientais. Não é tarefa simples. As pressões para que isso não ocorra são constantes. Cabe à sociedade compreender o tamanho desse desafio e apontar caminhos para as autoridades.

Esse também é um papel dos parlamentares. Deputados e senadores têm que estar engajados nessa pauta nacional. A Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio) conta com cerca de 200 parlamentares signatários da base governista e da oposição, e está empenhada em convencer o governo a tomar atitudes em prol do setor de biocombustíveis.

É um tema da pauta ambiental do país. O combustível 100% nacional e limpo, inventado por um brasileiro, é um dos grandes trunfos para achatar o nível das emissões de poluentes pelos motores e equipamentos a diesel. O país tem conseguido amenizar substancialmente

essas emissões porque um percentual de biodiesel, a base de óleo de soja, é misturado ao diesel mineral.

Existe política pública, aprovada pelo Congresso Nacional, para que a adição do biodiesel limpo seja crescente até 2023, com previsão de o teor chegar a 15%. No entanto, em 2021, o brasileiro que circula pelas cidades e estradas respira mais poluentes do que antes. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) alterou o teor de biocombustível no diesel comercial. Para este ano, deveria ser de 13%, mas foi reduzido drasticamente a apenas 10%. Uma baixa de 23%.

Uma das justificativas foi a tentativa de baixar o preço do diesel na bomba para os consumidores. Evidentemente, não deu certo. O mais recente aumento de 9,15% no diesel derrubou de vez essa alegação. O diesel mineral acumula 93,09% de alta em 12 meses; já o biodiesel brasileiro, 6,55%.

Sem conseguir reduzir o preço do combustível nas bombas, o resultado foi o crescimento da importação de diesel fóssil, o que afetou a balança comercial. Com menos biodiesel no mercado, os produtores apresentam estoques custosos e elevados, além de ociosidade de 50%. O mesmo CNPE decidiu, ainda, por alterar o sistema de vendas do biodiesel nos leilões e, com isso, empurrou um custo extra na casa dos 12% para os produtores a partir de 2022.

O setor está, portanto, fragilizado quando

deveria estar fortalecido. As decisões do CNPE precisam ser revistas, e a política pública do biodiesel, retomada. O setor, além de ser base de energia limpa, tem um componente social importantíssimo e o país precisa preservá-lo: mais de 300 mil pessoas ligadas à agricultura familiar (74 mil famílias) e cooperativas estão engajadas na cadeia produtiva.

Avalia-se que as restrições impostas à expansão do etanol, em décadas passadas, agora são reproduzidas a este novo combustível limpo. O próprio etanol, misturado à gasolina, também pode vir a ser alvo de futuros cortes no teor. Existe, portanto, um ambiente de certa insegurança quando se fala de biocombustíveis no Brasil. Esse cenário precisa mudar. Do contrário, até mesmo outras fontes de energia renovável, como a eólica e a solar, podem ser afetadas por futuras decisões.

Diante disso, a FPBio provocou uma articulação com outras oito frentes parlamentares no Congresso Nacional. Juntas, fundaram a Biocoalizão Parlamentar, para defender a expansão sustentável dos biocombustíveis, de outras fontes de energia renovável e da bioeconomia no Brasil. Essa é uma das muitas formas de o Congresso Nacional dar voz institucional a setores importantíssimos para o presente e o futuro do país, bem como demonstrar à sociedade que deputados e senadores estão atentos para discutir e tomar atitudes relacionadas aos grandes temas que afetam todos os cidadãos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Pantomima do governo contra os garimpeiros

Quando se diz que o mundo tem os olhos postos sobre o que acontece agora na Região Amazônica, é porque trata-se de fato corroborado pelas lentes dos inúmeros satélites espaciais que cruzam essa região a todo momento. Não adianta, pois, o governo e seus apoiadores fazerem discursos de que os países desenvolvidos só estão interessados nas riquezas minerais e em outras preciosidades que se escondem nessa imensa área.

Não é com discursos diversionistas, políticos e ideológicos que a realidade daquela região será alterada. Insuflar a sociedade e, sobretudo, o mundo civilizado, fazendo-os acreditar que o atual governo vem adotando prontamente todas as medidas necessárias para conter o avanço impiedoso da destruição, é uma tática que não mais funciona. Ainda mais quando a credibilidade nesses assuntos se encontra, perante o mundo, mais por baixo do que tapete de porão.

De fato, a ação só vem quando a situação adquire proporções alarmantes, não restando outras alternativas que não sejam aquelas de intervenção. Afirmar, ainda, como fazia o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, uma espécie de despachante a serviço dos madeireiros, que o que ocorre hoje na Amazônia não pode ser enquadrado como crime ambiental, mas é, antes de tudo, decorrente de uma questão social, não condiz com os fatos e dá ao problema uma falsa feição dentro do nosso contexto histórico do coitadismo.

Tal afirmação é não só uma falácia para acobertar crimes, como não serve para resolver um problema provocado pela falta de comprometimento com o meio ambiente. A razão é simples: sem a preservação imediata do meio ambiente naquela região, as condições que são ruins para todos que lá vivem vão alcançar um patamar em que será praticamente impossível habitar aquela área.

O esgotamento dos recursos naturais da região decretará também o fim do estabelecimento da presença humana naquelas paragens, contribuindo para tornar o planeta mais próximo de uma catástrofe climática, com a desertificação irreversível do Centro-Oeste brasileiro, entre outros males.

São crimes cujas consequências nefastas afetarão, profundamente, essa geração que engloba a elite do governo e também as futuras. Essa é a razão fundamental que faz com que o poder público não atue a contento, uma vez que os efeitos danosos dessa improbidade se farão sentir quando todos tiverem dado adeus a esse plano existencial.

O descaso pode ser, mais uma vez, conferido agora com a suposta descoberta de ouro no leito do Rio Madeira. Centenas de embarcações, com potentes sugadores, vêm varrendo o solo desse importante curso d'água, destruindo a fauna e a flora do Madeira. Uma situação degradante que chama a atenção do mundo para mais um pesadelo criminoso. O governo sabia o que ocorria, mas não agiu, na expectativa de que essa atrocidade passasse sem chamar a atenção do mundo e dos brasileiros. Agora, e contra a sua vontade, terá de agir ou fingir pelo menos que está tomando alguma medida, numa pantomima contra os garimpeiros amigos.

» A frase que foi pronunciada

“É a inveja a primeira a descobrir todos os méritos.”

Emanuel Wertheime

Inteligência

Era tudo o que o Paranoá precisava. As obras estão começando a todo vapor. Um centro de ensino técnico vai tirar muitos jovens vulneráveis do futuro incerto.

Oportunidade

Esse é o momento certo para produtores, artesãos e empreendedores em geral do Jardim Botânico se inscreverem para participar da 2ª Feira Natalina. A administração recebe as solicitações até 6 de dezembro.

Matemático

Paulo Esteves nos conta como foi a experiência, décadas atrás, no Cepesc, um órgão específico do governo que promovia a pesquisa científica e tecnológica aplicada a projetos de segurança dos sistemas de informação. Compiladores e simuladores desenvolvidos por ele para o envio de mensagens por um programa de sistema que traduz uma planificação descrita em uma linguagem em código de máquina para um processador. Mas o melhor de Paulo foi o número de jovens que ele estimulou a estudar e a se dedicar a áreas para as quais eles nem sabiam que tinham tanto talento. Isso, quando era professor de matemática na UnB. Professor e educador.

» História de Brasília

Estão querendo enganar o Professor Hermes Lima, a propósito do reinício das obras em Brasília. E o Iapfesp está à frente, sabotando o plano do governo
(Publicado em 15/2/1962)